

MARCOS DEL ROIO**

I

A tradição liberal, que passara por uma crise dramática no período em que decorreu a guerra dos trinta anos deste século (1914-1945), recompôs sua hegemonia cultural acuando o marxismo e o movimento socialista, precisamente a partir do momento em que enveredou pelo caminho da constituição de uma (a bem dizer diversificada) teoria da democracia, capaz de contribuir para a recomposição e reprodução da ordem do capital. No debate foi-se difundindo a idéia de que o marxismo não conta com uma teoria do Estado e da democracia. Foi a aceitação, creio eu, dos termos propostos pelo liberalismo, auxiliado pela triste realidade do socialismo estatal (uma forma não-capitalista de acumulação do capital) e sua ideologia (dita “marxista-leninista”), que explica, ao menos em parte, a atual situação subalterna da teoria marxista e do movimento socialista.

Para a teoria liberal da democracia produzida nas últimas décadas, o conceito refere-se essencialmente a um conjunto de mecanismos institucionais que regulamentam e delimitam a ação política dos cidadãos de um Estado. Nessa visão, a democracia aparece como função do Estado, descolada dos fundamentos materiais de reprodução da ordem. Por sua vez, a renitente intrusão positivista na tradição marxista, sob as mais variadas formas, aliada a um desfocado invólucro hegeliano, projetou uma imagem do Estado socialista como elemento dissociado e sobreposto à coletividade humana, ou seja, a própria negação da democracia, dando espaço para que a via liberal parecesse ser a única possível para a concepção e consecução da democracia, e esta se configurasse como antinômica ao socialismo.

Não é essa, porém, a concepção de Estado, democracia e socialismo presente na elaboração dos fundadores do chamado materialismo histórico (Marx e Engels), ou, no início do século XX, dos refundado-

res do marxismo (Lênin e Rosa de Luxemburg.). Mas, por outro lado, não se pode ignorar que o ingresso da contradição capitalista numa fase de agudização e globalização que estamos observando está a exigir uma reflexão que transcenda não só a teoria liberal da democracia (cuja análise não faz parte dos objetivos do presente texto) como as insuficiências e ambigüidades da teoria socialista clássica. O objetivo deste texto, no entanto, é bastante mais limitado, contentando-se apenas com a tentativa de oferecer uma visão genérica da concepção marxista clássica de Estado e democracia, de como essa concepção está inextricavelmente imbricada com a de revolução socialista e comunismo, e ainda como essas questões devem ser retomadas considerando-se as novas condições da dominação global do capital. Elementos para a crítica da teoria liberal aparecem apenas de modo subjacente.

II

A crítica dialética da modernidade que a ordem do capital gesta — na obra marxiana — teve seu portão de ingresso na crítica da ideologia liberal e da compreensão do Estado como expressão do universal. Marx apontou a falsidade da existência de uma sociedade civil composta por indivíduos formalmente livres e iguais diante da lei civil e do mercado, quando na verdade o que se apresenta é uma divisão classista do trabalho social. Também acusou como inaceitável a concepção de um Estado público universal sobreposto a uma sociedade civil composta por indivíduos livres com interesses materiais conflitantes no mercado. Marx demonstrou como a própria materialidade da ordem do capital de fato necessita de uma projeção idealizada que promove o desdobramento entre esfera pública e privada da vida social, entre Estado e mercado, cindindo assim a totalidade sócio-histórica no seu movimento concreto.

Para Marx, o Estado é na verdade a concentração material, como poder político, da dominação de classe e de interesses contrapostos existentes na sociedade civil. Nesse sentido, o Estado político é sempre privado, já que exerce o poder em benefício da reprodução da ordem social de desiguais, não subsistindo a idéia de um Estado público e efetivamente democrático onde o domínio do capital se exerce. Feito isso, Marx perce-

* Versão modificada de texto apresentado no Seminário Socialismo do Futuro, realizado em 11-9-1996, promovido pela FCL/Unesp, *campus* de Araraquara, sobre o tema “A questão do Estado e da democracia no marxismo”.

** Professor de Ciência Política da Unesp-Marília; presidente do Instituto Astrojildo Pereira.

beu com maior nitidez a necessidade de deslindar a “anatomia da sociedade civil”, com o fito expresso de demonstrar que por trás da idealidade projetada pelo liberalismo estava presente o poder despótico do capital. Que para além das instituições do governo representativo, da divisão de poderes, da igualdade jurídica e de todo o aparato constitutivo do Estado, o efetivo fundamento da ordem social e de sua institucionalidade se localiza na dominação política presente no processo produtivo do capital.

Somente o proletariado industrial constituído em classe e partido político poderia confrontar-se revolucionariamente com o processo de acumulação do capital. Para tal seria necessária a autogestão do processo produtivo e a tomada do poder concentrado no Estado, essa falsa dimensão pública. À época de Marx o Estado idealmente projetado pelo liberalismo era o governo representativo sob a monarquia constitucional, mas os conflitos sociais e políticos criaram outras soluções, sempre derivadas das diferentes vertentes da revolução francesa. Assim, quando por algum motivo não se mostrava possível estabilizar a monarquia constitucional, a república (presidencial ou parlamentar) ou o bonapartismo acabavam se impondo. De todo modo, e mesmo não sendo indiferentes, essas alternativas diziam respeito sempre a variáveis possíveis dentro da ordem do capital, formas políticas de reprodução da desigualdade, de defesa dos proprietários contra os não-proprietários e de limitação ou negação da democracia.

Nesse contexto, o objetivo histórico do proletariado industrial, constituído em classe e organizado como partido, é a conquista do poder político sob a forma de democracia. Mas para Marx todo o poder político é despótico, e incontornável torna-se então a necessidade de expropriar despoticamente o capital, tornando públicos os meios materiais de produção da vida social. Para tal, a ditadura (ou seja uma temporária concentração de poder político) seria necessária a fim de desbaratar a resistência da ordem do capital. A revolução proletária, nesse sentido, se confunde com a conquista da democracia, uma forma de poder político gerida e voltada para os interesses das maiorias. No entanto, o objetivo dessa forma de poder é a diluição do Estado enquanto forma de dominação social e poder político, e já que todo poder político é despótico, significa a diluição não só da forma ditatorial criada pela revolução, mas também da democracia enquanto forma específica de poder político (ainda que da maioria).

Ocorre, porém, que o poder político não se confunde apenas com a máquina estatal, mas — e isso é decisivo para a compreensão da questão aqui apresentada — está difundido por cada interstício da totalidade sócio-histórica, permeando cada dimensão da vida, e tem seu fundamento ontológico localizado no processo produtivo consubstanciado no trabalho social. Na verdade, na perspectiva de Marx, decisiva é a superação de toda forma e vontade de domínio, derivação do estranhamento presente nas relações sociais e nas relações do gênero humano com o mundo. O tempo histórico necessário para que esse horizonte se aproximasse, o tempo da construção de uma nova humanidade, dotada de outros instrumentos e outras formas de ser no mundo e na história — inimagináveis fora do campo da projeção utópica — ocorreria sob a condução de uma democracia socialista, que na medida em que se dilui enquanto poder político, cada vez mais socializado, torna-se um Estado cada vez mais público, uma expressão coletiva da administração das coisas.

A rigor, do que se trata é da constituição de um não-Estado e de uma comunidade humana, onde os indivíduos deixam de portar máscaras, como nas duas faces de Jano (uma pública, outra privada), para enfim concretizar sua universalidade enquanto espécie. Perde então qualquer sentido a divisão da vida social entre esferas pública e privada, formalizada pela teoria liberal, que dá anuência à idealidade projetada pela ordem do capital, e que biparte o homem social em proprietário privado (da razão de si, dos meios de produção ou de sua força de trabalho) e cidadão de um Estado, dimensão da universalização. Não há, portanto, possibilidade de se acoplar a teoria marxiana do Estado e da democracia, que é dialeticamente negativa e parte da razão do outro como elemento de construção da liberdade socialista, à teoria liberal com sua perspectiva individualista e ético-positiva (ou do menor dos males) diante do Estado político. O fato é que o imperativo categórico da razão kantiana permanece acoplado a toda a formulação teórica do moderno liberalismo e sua teoria da democracia.

Embora Marx e Engels pouco tenham se dedicado à problemática específica do Estado, até pela questão do método dialético que os predisponha para a análise do processo sócio-histórico na sua totalidade contraditória, é possível observar que a concepção geral definida nos escritos de juventude não se alterou substancialmente. O que mudou, obviamente, foram as formas de luta contra a ordem, na medida mesmo em que essa se

modificava. O tema da extinção do Estado em geral bordejou a reflexão marxiana toda vez que a incidência anarquista se fez mais forte, mas é o entendimento de que o Estado a ser extinto é apenas o instrumento de dominação e de cisão entre os homens que está, sem dúvida, mais de acordo com o conjunto da formulação teórica dos fundadores da moderna teoria socialista.

Nos seus últimos escritos Engels reconhecia que o Estado político da ordem do capital havia, no núcleo do Ocidente, sofrido alterações de monta com, de um lado, a ampliação do estatuto da cidadania e, de outro, a ampliação e sofisticação dos instrumentos de coerção. Essa mudança demandava uma reorientação estratégica na luta socialista, com o abandono do equivocado jacobinismo das revoluções de 1848 e 1871, e a adoção de uma política de ocupação de espaços dentro do Estado liberal ampliado e democratizado, conjugada com a criação de instituições públicas antagônicas — o sindicato e o partido do socialismo —, que renunciariam a nova democracia socialista. O conflito entre o processo de democratização liberal da ordem do capital e o processo de democratização socialista promovido pela classe operária e seus aliados demandaria um tempo longo até que o partido da revolução fosse capaz de mobilizar as maiorias sociais na ocupação do espaço público e na operação de cerco e tomada do poder político.

A subsequente eclosão do reformismo, de uma maneira simplificada, pode ser explicada pelos ganhos materiais auferidos por parte da classe operária e pela ênfase política na questão parlamentar, implicando o predomínio do liberalismo e de filosofias neokantista e/ou positivista no interior do próprio movimento socialista. O predomínio do reformismo, em suas diversas facetas, fez com que o movimento operário corroborasse a guerra imperialista, tendo sido projetados para primeiro plano os interesses econômicos e políticos dos partidos operários no interior de cada Estado. Irônica e tragicamente o reformismo, ao aceitar o Estado do capital e apenas reivindicar a ampliação da democratização liberal, fez da guerra, sob um certo aspecto, também uma guerra civil do movimento operário europeu.

Marx apontou a falsidade da existência de uma sociedade civil composta por indivíduos formalmente livres e iguais diante da lei civil e do mercado, quando na verdade o que se apresenta é uma divisão classista do trabalho social.

A refundação do marxismo e da práxis socialista, por obra principalmente de Lênin e Rosa Luxemburg, demonstrou outra vez (apesar dos rios de tinta, tentando mostrar o contrário) que o fio condutor da teoria marxista socialista localiza-se na contraposição de fundo à própria existência do Estado político; e que este, enquanto instância relativamente autônoma de poder, ao potencializar a acumulação de capital, reproduz a desigualdade social. Não importa aqui realçar as diferenças entre Lênin e Rosa Luxemburg, explicáveis, em alguma medida, pela diferença de espaços sócio-políticos em que atuaram. Im-

porta, outrossim, salientar que ambos, na Rússia e na Alemanha, tiveram o objetivo de abater o Estado político enquanto pólo de agregação dos interesses privados das classes dominantes, e dar início à construção de um outro Estado, fundamentalmente público, a democracia socialista, baseada no autogoverno das massas, tanto no pro-

cesso produtivo quanto no Estado fundado em conselhos. Em poucas palavras, pode-se dizer que a vitória na Rússia ocorreu na medida em que as massas ocuparam o espaço público, agindo com o objetivo de desagregar o Estado feudal absolutista, enquanto que na Alemanha a perspectiva revolucionária foi derrotada antes de conseguir mobilizar a maioria da classe operária e de ampliar as necessárias alianças sociais.

A derrota da revolução popular socialista internacional de 1917-1921 diante da avassaladora força político-militar e ideológica do capital teve alguns sérios desdobramentos. A concentração hegemônica do capital criou o fascismo, reforçou o reformismo social-democrata e deformou/inviabilizou a democracia socialista soviética. Tratava-se de a um só tempo construir os fundamentos materiais e culturais de um novo Estado que fosse efetivamente público e anticapitalista, mas que ao mesmo tempo exercitasse a temporária ditadura contra as camadas sociais da velha ordem que resistissem em defesa de seus privilégios. As mortes prematuras de Rosa Luxemburg e Lênin dificultaram a reflexão sobre a questão do Estado e da democracia socialista que deveriam ser construídos numa região atrasada e devastada pela guerra. O isolamento da URSS e o fracasso da experiência da NEP ensejaram a

recomposição do Estado político sob uma forma de “socialismo feudal” (que é um socialismo de Estado ou um não-socialismo).

Foi nessa circunstância que a crítica do Estado político, com o Gramsci prisioneiro do fascismo, chegou a um ponto nodal. Gramsci indica como o poder político do capital havia se fortalecido no Ocidente desde a época de Marx (apesar da irrupção revolucionária no Oriente-russo). Estando afinado com as análises do último Engels, o revolucionário italiano nota ainda que, apesar das afirmações em contrário da Internacional Comunista, o domínio do capital passava por um ulterior fortalecimento. Principalmente com o fordismo-taylorismo, o controle sobre a força de trabalho no processo produtivo vinha se ampliando, assim como a nova e decisiva dimensão da vida social, situada na interseção entre o interesse de classe “economicamente” definido e a dimensão estatal falsamente pública. A esse conjunto de instituições sociais privadas que, ao mesmo tempo, amplia o Estado político e atua no sentido de cobrir as lacunas do poder do capital no processo de acumulação, Gramsci chama de sociedade civil (burguesa, certamente), dimensão essa que é o sustentáculo da hegemonia do capital (direção moral e intelectual revestida de coerção), articulando materialidade e idealidade.

Dentro dessa realidade mais complexa e diversificada do poder do capital, Gramsci considera, e também aí em linha direta de continuidade com o último Engels e com Rosa Luxemburg, a necessidade de, em contraposição àquela sociedade civil, construir uma outra sociedade civil centrada na dimensão pública e na organização das forças sociais e culturais antagônicas ao domínio do capital. Ao mesmo tempo, deve-se lutar pela ocupação de espaços de poder no interior da sociedade civil burguesa a fim de debilitá-la e descaracterizá-la como instrumento de reprodução política e cultural da ordem. A construção de uma nova hegemonia, que seja o cimento de um novo bloco histórico, é a chave que descortina o objetivo do esvaziamento progressivo do Estado político por meio de sua (re)absorção na sociedade civil pública articulada ao redor do mundo do trabalho.

Sempre de acordo com a tradição marxista, surgiria então uma “sociedade regulada” e um “Estado ético”, nos quais a dimensão autônoma da política deixaria de existir por não ser mais necessário o desdobramento público/privado, dirigentes/dirigidos ou qualquer forma de domínio, assim como estaria superado o falso universalismo produzido pela lógica do capital. Grams-

ci, porém, não ignora que a construção de um novo Estado cada vez mais administrador público e menos dominador político exige a passagem pela conquista do poder político e do controle do processo produtivo, mesmo porque na sua acepção de hegemonia essas duas dimensões da vida social encontram-se articuladas e sintetizadas numa totalidade sócio-histórica. A categoria histórico-política da hegemonia embute ainda a própria noção de democracia socialista, no momento que age como forma de superação da ordem do capital e do Estado político, sem esconder a necessidade de um transitório “Estado guarda-noturno”. Em Gramsci, portanto, a noção de hegemonia encontra-se indissolivelmente acoplada à de revolução (burguesa ou socialista, origem e crepúsculo da ordem do capital), enquanto a de democracia encontra-se aí subsumida.

III

A reclusão de Gramsci e o silêncio obrigado de Lukács, num contexto de derrota da revolução socialista, de reorganização multifacética do poder do capital, que inclui até mesmo a instauração do socialismo de Estado na URSS (um não-socialismo), marcam a origem de uma verdadeira “Idade Média” do movimento socialista e do marxismo. O chamado “marxismo ocidental” representou, a um só tempo, o descolamento da reflexão teórica em relação ao movimento das classes subalternas e o resgate de posturas filosóficas precedentes à crítica marxiana, ainda que tenha produzido uma significativa crítica do tecnicismo e da manipulação presentes no capitalismo tardio. Por outro lado, o “marxismo oriental” (o chamado “marxismo-leninismo”), constituído em ideologia de Estado justificadora de uma acumulação não-capitalista do capital, conformou-se como uma variante do positivismo compartimentador do real, embalada por uma aura hegeliana e expressa num jargão herdado do marxismo russo.

Durante várias décadas o marxismo do movimento operário apareceu como seu próprio reverso. Tomado pelo economicismo, antecipava na simples socialização dos meios de produção a chave para a democracia e para o socialismo. Não se atinou que processo de reprodução do capital e mesmo seu poder político estão embutidos no processo de trabalho taylorizado. Muito menos se deu conta que o reforçamento do Estado político no socialismo estatal ia na direção inversa àquela propugnada pelo marxismo clássico, tornando o Estado uma entidade positiva até nos seus aspectos mais

coercitivos. O socialismo de Estado não só reproduziu, em outros termos, a falsa idealidade diferenciada do mundo material, como fez do Estado, falsamente público, instrumento privado da própria burocracia, que politiza a economia e reproduz a desigualdade social, preservando, assim, a separação entre economia e política, ainda que numa dimensão tomada pela outra.

O acoplamento político-ideológico dos partidos comunistas ao socialismo de Estado garantiu a desorientação teórico-política do movimento anticapitalista. Oscilando entre o economicismo e o politicismo (duas faces da mesma moeda) e entre o reformismo e o insurrecionalismo os comunistas não conseguiram articular democracia e revolução socialista, assim como não conseguiram superar uma visão de socialismo como generalização (no Estado) da propriedade social – o que Marx chamava de “comunismo toscano”. Os social-democratas, mais coerentes, e que já haviam na prática desde há muito abandonado as veleidades anticapitalistas, optaram por ganhar espaços políticos dentro da ordem passando a defender um liberalismo centrado no social. Isso foi possível dentro de uma fase expansiva do capital, que pode suportar a pressão operária dentro da ordem.

A impetuosa ofensiva do capital, que se desenrola diante de nós, em busca da reordenação de sua hegemonia, com o vislumbre da derrota definitiva do movimento operário e do projeto socialista, desarticulou as instituições sociais do mundo do trabalho que haviam, nas décadas passadas, promovido sua defesa e vitórias parciais dentro da ordem. A crise política e cultural do sindicato e dos partidos fundados no mundo do trabalho, em função mesmo da reordenação da produção do capital que leva a subsunção do trabalho a um patamar ainda mais elevado, a crise das instituições estatais e a derrocada do socialismo de Estado indicam o declínio, não do marxismo e da teoria socialista, mas da “escolástica” e das “heresias” da referida “Idade Média”.

Continuando com a metáfora, diante do agravar-se das contradições do capital na era da globalização, poder-se-ia dizer que é possível supor um próximo “renascimento” do marxismo. Assim como o “renascimento” cultural do séculos XV e XVI, inspirado na época “clássica”, mas a fim de criar um mundo inteiramente novo.

IV

A atual ofensiva foi desencadeada porque o capital não estava mais podendo se reproduzir ampliadamente, cedendo ao mesmo tempo às pressões do mundo do trabalho. Daí a necessidade da revolução tecnológica e gerencial a fim de desmantelar a pressão operária e ampliar o poder do capital. Tal reordenação do processo produtivo faz-se em concomitância com o esvaziamento das instituições estatais que serviam de canal de vazão à pressão operária, via negociação. Os espaços democráticos, conquistados em décadas de luta operária, estão sendo retomados pelo ataque do capital que promove o

A reclusão de Gramsci e o silêncio obrigado de Lukács, num contexto de derrota da revolução socialista, de reorganização multifacética do poder do capital, que inclui até mesmo a instauração do socialismo de Estado na URSS (um não-socialismo), marcam a origem de uma verdadeira “Idade Média” do movimento socialista e do marxismo.

enfraquecimento dos Estados políticos, mas só daqueles que podem servir de empecilho à acumulação “globalizada”. Ou seja, os Estados necessários ao capital são fortalecidos no aspecto coercitivo e de poder externo, vendo-se enfraquecidas as instituições representativas e reduzidos os direitos sociais, enquanto que os outros Estados (a maioria) debilitam-se como um todo, a fim de facilitar a colonização de seus mercados.

Então aquela idealidade projetada no Estado-nação como expressão universal da cidadania, conforme a ideologia liberal, perde sentido. O chamado neoliberalismo refere-se particularmente à reorganização do mundo da produção e à mundialização dos indivíduos em luta no mercado, que passa a ser a única representação universalizante. O resultado dessa reorganização da produção do capital é não só colocar em crise a “escolástica” marxista, mas também deixar na defensiva e sem sustentação a teoria liberal da de-

mocracia, ambas concepções positivas do Estado. A reversão negativa do Estado dentro da tradição liberal sugere um mundo de regresso ao hobbesiano estado de natureza. Dentro da tradição marxista, no entanto, deve significar um “renascimento” do marxismo clássico, tendo em vista o abatimento desse mundo que realiza, sob o invólucro da ideologia liberal, o império universal do Ocidente e do capital.

Repensar a questão da revolução socialista hoje, retomando as questões do Estado e da democracia, exige a clara compreensão da natureza da ofensiva do capital e da localização do poder político. A globalização financeira do capital e sua virtual “espiritualização” sugerem que a questão da propriedade dos meios de produção não é mais o cerne do poder do capital (se é que foi um dia). Este encontra-se na produção do conhecimento materializado no processo de trabalho, que hoje suprimiu algumas das brechas deixadas pelo fordismo-taylorismo rumo à subsunção total da força de trabalho, chegando a incluir a própria intelectualidade. Mas como na época de Marx, o poder político encontra-se difundido pela totalidade sócio-histórica gerada pela ação do capital e hoje fazem parte do processo de reprodução política tanto os meios de comunicação, como armas difíceis de serem imaginadas em seu grau de destrutividade, além das instituições governamentais e as “políticas públicas”.

É bastante perceptível que o capital impôs uma dominação quase que total sobre a espécie humana e, mais que antes, o socialismo aparece como uma necessária e concreta utopia. O primeiro a insistir na tecla do “renascimento” do marxismo foi o último Lukács, e foi ele mesmo que lançou algumas pistas para se repensar a questão da democracia e do esvaziamento do poder político do capital. Antes de mais nada, lembra que o socialismo só poder ser decorrência de uma iniciativa política radicalmente democrática. E tal iniciativa deve ter por fundamento o estabelecimento de uma democracia da vida cotidiana, pois nessa forma democrática há um tendencial esvaziamento da antinomia público/privado e também das antinomias homem social/natureza e homem/mulher.

No entanto, a democratização da vida cotidiana, que se confunde com a democratização socialista, depende da auto-atividade do gênero humano e da constituição de institutos de autogoverno. A configuração de um Estado público, com burocracia transitória, eletiva e revogável, articula-se com a reestruturação do processo produtivo, esvanecendo o domínio do capital

e o estranhamento das relações sociais. Somente com a democratização socialista (para definir um processo revolucionário de tempo longo) é que o homem se humaniza, e é sob essa forma democrática que aparece a única possibilidade de o homem ser educado para se realizar enquanto tal, já que é na alteridade que se encontra a expressão da sua liberdade. O entendimento da democracia socialista como democracia da vida cotidiana, do ponto de vista teórico, repõe o tema na totalidade sócio-histórica, diluindo a questão do Estado democrático como mera projeção idealizada dentro de uma materialidade definida pelo capital em processo, mostrando, ainda uma vez, como é insustentável a dissociação entre fundamentos econômico-sociais e forma democrática do Estado.

A impostação da questão da democracia, como pode se observar, é substancialmente diferente da teoria liberal da democracia que não vislumbra no capital a contradição em processo na modernidade, atendo-se (na melhor das hipóteses e o que não é desprezível) às questões das liberdades civis e individuais, sob a garantia de um governo representativo de interesses sociais conflitantes e orientado pela ética do “bom governo”. Essa formulação desdenha a ação despótica (ou hegemônica) do capital no processo produtivo (e fora dele) e a necessária manipulação das consciências na reprodução da ordem. Assim, a democracia liberal burguesa nunca é mais que uma pseudodemocracia ou uma democracia definida apenas dentro de seu próprio paradigma.

Lukács julgou ver na visão meramente econômica (e economicista) do socialismo o limite teórico-prático tanto da social-democracia quanto do estalinismo. Dito de outro modo, o eclipse da dialética indica a natureza cultural de “Idade Média” do movimento socialista. Enfatizou também que tanto a saída da pseudodemocracia manipulatória da ordem liberal do capital como a saída do estalinismo deveriam convergir na retomada, num novo patamar de universalidade, do processo de democratização socialista. Esta tivera apenas alguns fugazes momentos de vida na Comuna de Paris e na revolução popular socialista na Rússia, mas agora as contradições do capitalismo se apresentavam num estágio muito mais agudo e avançado. Uma saída liberal para o estalinismo levaria, segundo ele, a uma “saída grega”, i. é., à desagregação, à guerra civil e à regressão social.

O papel de Lukács é no entanto o de ponte (e não poderia ser de outra forma), pois ao mesmo tempo que indica a necessidade do “renascimento”, preserva algumas formulações presentes na época clássica do marxismo,

sintetizadas na questão do partido de vanguarda, que, no limite, repropõe de maneira forte a questão do poder político e aproxima-se perigosamente da “manipulação” intrínseca ao próprio poder político do capital. Outra questão decisiva, presente em Lênin, e não criticada por Lukács, é a sobreposição produtivista, orientada pelo modelo taylorista, à revolução socialista.

Mas Lukács não poderia mesmo é ter antecipado o ingresso do capitalismo numa nova fase, na qual a manipulação é levada a extremos a fim de obscurecer a visão dos limites históricos alcançados pelo capital. Limites de mercado e limites físico-ambientais, alcançados quando uma revolução tecnológica serve de substrato à reordenação do mundo do trabalho, tendo em vista bloquear o declínio no processo de valorização do capital. Ao mesmo tempo, ocorre uma massiva desvalorização da força de trabalho que nem é mais considerada enquanto tal, retirando-se o fundamento ontológico da sociabilidade humana de muitos milhões de seres.

A passagem para o inteiramente novo, a refundação teórico-prática do movimento e do projeto socialista, não pode prescindir da tradição marxista clássica e de sua radicalidade crítica do real, mas deve encarar a exponencial barbárie gerada pelo capital em crise — ao mesmo tempo que com um imenso poder —, com formulações teóricas inovadoras que impliquem uma verdadeira refundação. Ou seja, é preciso, no processo histórico, fundar de novo o comunismo como crítica e superação do estado de coisas que envolve o homem social e sua historicidade, partindo de uma perspectiva radicalmente democrática, humanista e libertária. E para isto é preciso também entabular uma reflexão a respeito da questão democrática e da construção do Estado socialista adequada às circunstâncias da nova fase de acumulação do capital na qual estamos nos embrenhando, com o notável esgarçamento da soberania e mesmo da integridade territorial dos Estados.

V

Assim é que nas circunstâncias políticas atuais, poderíamos afirmar, de forma publicística:

a) antes de mais nada, é preciso defender o Estado nacional em tudo aquilo que possa representar de espaços públicos democráticos de resistência à sanha do capital, de direitos sociais conquistados e potenciamento de recursos com capacidade de promover melhores condições de vida. É preciso, da mesma maneira, e para tal a presença do Estado é essencial, defender/refazer as

identidades culturais que preservam um mínimo de laços sociais — é preciso resistir à barbárie tecnológica globalizada e apontar sua base de classe, a imperial oligarquia financeira transnacional!;

b) a defesa das conquistas parciais do mundo do trabalho define o caráter atual da luta social, pois que a recomposição em chave ofensiva deve demorar algum tempo, tendo em vista a debilidade cultural, a fragmentação e globalização produzida pela ação do capital sobre o perfil e composição das classes subalternas, na sua passagem para uma nova fase da acumulação, ainda mal delineada, mas que tende para a inevitável superação do fordismo-taylorismo. A preservação das conquistas auferidas na fase anterior da acumulação do capital, no entanto, só continua possível desde que se rompa o isolamento social da classe operária industrial e de serviços por meio da enfática proposição do tema do tempo livre correlato à limitação da jornada de trabalho e da condução da inovação tecnológica, recuando assim da rota que leva ao “neocorporativismo”, uma nova forma, essa, de submissão “feudal” à grande empresa capitalista;

c) a retomada da democratização socialista e o decorrente esvaziamento do poder político do capital devem partir da difusão de um agir social comunitário que crie por toda parte espaços públicos libertários socialistas entrecruzados e sobrepostos, nos quais se robusteça uma subjetividade antagônica à ordem. Essencial é a reordenação progressiva em sentido emancipatório das relações homem/mulher e das relações com o ambiente. Nesses espaços públicos projetados transnacionalmente (embriões do Estado democrático-socialista em difusão mundial) devem-se articular novas formas de alianças sociais e luta de classes, aglutinando os que vivem sob o domínio direto do capital, incorporados ao processo produtivo pelo assalariamento ou pelo trabalho autônomo informatizado, e aqueles que, reduzidos à miséria e à marginalidade, dele foram excluídos pelo avanço do capital constante;

d) nesse mesmo processo tomam forma os novos sujeitos sociais e a nova cultura da transformação socialista, na qual os trabalhadores gestores do conhecimento e do processo produtivo automatizado deverão cumprir papel essencial. Dai decorre a importância da ação socialista sobre esse setor do mundo do trabalho que se encontra inteiramente incorporado à ordem, elemento decisivo para que seja possível a ampla aliança entre os trabalhadores gestores, os trabalhadores informacionais autônomos, os trabalhadores assalaria-

dos taylorizados (industriais e de serviços) e os trabalhadores eventuais. Essa aliança global contra o *império universal do Ocidente liberal* parece ser hoje ainda mais improvável ao se perceber fortes indícios de que a previsão marxiana da socialização crescente das forças de produção do capital e a conexas formação de um trabalhador coletivo dotado de conhecimento científico não estão se efetivando. Pelo contrário, a revolução tecnológica tem se dado fragmentando o mundo do trabalho, criando interesses conflitivos entre seus setores e mantendo os novos saberes sob rigoroso controle do capital;

e) evitando o localismo, esse subproduto da globalização capitalista, os referidos espaços públicos libertários devem se articular também globalmente, criando uma institucionalidade própria que reproduza um cotidiano democrático oposto ao mundo da barbárie tecnológica manipulada e incida sobre a institucionalidade estatal vigente. As articulações regionais, sociais e políticas do mundo do trabalho devem ainda superar o atraso e se sobrepor à iniciativa de setores do capital integradora apenas de parcelas de mercado. A ação socialista deve assim estar voltada para uma integração regional e social que se estenda dos movimentos político-culturais para os Estados, objetivando a conformação de confederações democráticas supra-estatais que se oponham ao projeto do capital globalizado;

f) os sindicatos e partidos políticos continuam sendo instrumentos essenciais de luta, mas devem, no entanto, ser igualmente refundados para que não virem peças de uma outra época histórica e possam preservar sua utilidade e eficácia na luta por espaços políticos dentro da ordem do capital e contra ela. Para isso, é preciso que surjam como organismos radicalmente democráticos, que se constituam não como pirâmides, mas como “redes”, ampliando seu raio de ação para o conjunto da vida cotidiana e não só para as relações de trabalho. Isto se o objetivo for a ampliação de forças sociais coligadas visando a conquista e diluição do poder político e da própria noção de propriedade.

A exposição e o debate dessas idéias pontuais são necessários, creio, para se recommençar um caminho que hoje parece impossível ou quimérico, mesmo porque a regressão da espécie humana à barbárie já não é somente parte da literatura de ficção, mas está batendo às portas da história concreta dos homens. A repreposição do tema da revolução socialista (e da realização do comunismo) contra a ordem do capital deve ver nas questões do Estado e da democracia momentos cruciais da sua realização, observando porém a crítica do capitalismo

monopólico e globalizado da época atual em sua particularidade histórica, a fim de estabelecer sua trajetória e seu objetivo.

E se tais linhas parecem em algo resvalar para o campo da utopia, certo é tratar-se de uma utopia necessária, advinda não da “ontologia” ou do processo “histórico-natural” de acumulação, mas da sentida evidência de se entabular um movimento visando barrar a barbárie e a ameaça à espécie humana gestada pela inteira ocidentalização do mundo, essa façanha da oligarquia financeira. Certo é, no entanto, que mais descabidas são as respostas que se busquem dentro da ordem social e institucional geradas pela ação do capital, à qual encontram-se acopladas as teorias liberais (nos mais variados matizes) e uma vasta intelectualidade que serve de instrumento manipulatório, pois que não se dão conta que o poder político do capital é a fonte da tragédia humana atual.

A questão humana e teórica de fundo é como dar início à democratização socialista, vista como um processo de eliminação da manipulação e mercantilização da vida. Uma revolução essa, não da classe operária *tout court*, identificada e limitada ao processo de trabalho da fábrica fordista-taylorista (pois isso já é evidente passado), mas da humanidade que identifica no trabalho a origem do seu ser social. A questão é (ou continua sendo), enfim, a da promoção, por iniciativa política e cultural, de uma “mutação antropológica” — na qual está implícita a construção de uma nova linguagem e de uma nova sociabilidade — que seja a realização histórica do comunismo, um estado social de homens e mulheres iguais na sua livre individualidade e na qual a democracia esteja introjetada no ser genérico da humanidade.

NOTA BIBLIOGRÁFICA

Esta exposição fundamentou-se, num primeiro momento, em textos clássicos do marxismo, como *Os manuscritos econômico-filosóficos*, de Marx; *O manifesto do partido comunista*, de Marx & Engels; a “Introdução” (1895), de Engels, ao livro de Marx, *As lutas de classes na França (1848-1850)*, considerada seu testamento político; *O Estado e a revolução*, de Lênin; o *Programa da Liga de Spartakus*, de Rosa Luxemburg; e passagens dos *Quaderni del carcere*, de Gramsci. Num outro momento as referências foram o Lukács de *Luomo e la democrazia*, e escritos de Pietro Barcellona, *O egoísmo maduro e a insensatez do capital*, e Constanzo Prève, *L'eguale libertà*; finalmente, *O império universal e seus antípodas* do autor deste artigo.